

“Respeita as mina”: resistências interseccionais no espaço urbano

“Respeita as mina”: intersectional resistences in urban space

Heloísa Petry¹, Maria Juracy Filgueiras Toneli² e Kátia Maheirie²

¹ Universidade Regional de Blumenau; ² Universidade Federal de Santa Catarina
helo.floripa@gmail.com; juracy.toneli@gmail.com; maheirie@gmail.com

Resumo. O artigo discute tensões de gênero, raça e classe que compõem as disputas no território urbano a partir das experiências interseccionais das mulheres MCs na “Batalha das Mina”, batalha de rap feita exclusivamente por mulheres em uma cidade do sul do Brasil. Na batalha das mina pelo seu espaço, inúmeras formas de resistências são travadas por mulheres MCs que entre si enfrentam distintos eixos de opressão. A pesquisa de campo foi desenvolvida a partir de entrevistas, roda de conversa e participação na batalha. Dialogando com teorias que permitem problematizar a produção dos lugares sociais destinados aos diferentes corpos, o artigo reflete criticamente sobre a ocupação das jovens mulheres rappers nos espaços públicos e na produção cultural do rap. A análise aponta que a Batalha das Mina, ao aproximar jovens mulheres no espaço da rua através do rap, permite redesenhar o campo dos pertencimentos, desnaturalizando lugares materiais e simbólicos a elas atribuídos.

Abstract. The article discusses gender, race and class tensions that compose disputes in urban territory from the intersectional experiences of MCs women in the “Battle of Girls”, a rap battle made exclusively by women in a city in southern Brazil. In the battle of women for their space, innumerable forms of resistance are waged by MCs women that face different axes of oppression among themselves. The field research was developed from interviews, conversational wheel and participation in the battle. Dialoging with theories that allow to problematize the production of the social places destined to the different bodies, the article reflects critically on the occupation of the rappers young women in the public spaces and in the cultural production of rap. The analysis indicates that the Battle of Girls, by bringing young women closer to the street and rap, allows redesigning the field of belongings, denaturalizing material and symbolic places assigned to them.

Palabras clave. Interseccionalidades; rap; mulheres; cidade.

Keywords. Intersectionalities; rap; women; city.

Formato de citación. Petry, Heloísa; Filgueiras Toneli, Maria Juracy, y Maheirie, Kátia (2019). “Respeita as mina”: resistências interseccionais no espaço urbano. *URBS. Revista de Estudios Urbanos y Ciencias Sociales*, 9(1), 45-56. http://www2.uai.es/urbs/index.php/urbs/article/view/petry_filgueiras_maheirie

Recibido: 1/10/2018; **aceptado:** 10/06/2019; **publicado:** 24/07/2019

Edición: Almería, 2019, Universidad de Almería

As batalhas de rap: a cidade como campo de disputas

A geografia urbana é o palco onde se desenrolam as cenas das batalhas de rap, duelos de rimas improvisadas que acontecem no espaço público, produzindo disputas concretas e simbólicas em um espaço urbano segregado e higienizado. O modo como as cidades são ordenadas explicitam a normatividade e as relações de poder que delimitam *quem* está ou não autorizado a circular ou permanecer em um dado lugar e ainda, *como* e *onde* deve circular ou permanecer (Teresa Caldeira, 2014a). Assim, as batalhas de rap se contrapõem à coreografia usual da urbe, tanto pelos sujeitos que fazem a batalha acontecer, como pelo modo de ocupar a cidade e pela proposta artística produzida.

Historicamente, o rap é uma das vertentes do hip-hop, movimento estético-político produzido no final dos anos 1960 por jovens negros e imigrantes latinos do sul do Bronx, distrito de Nova Iorque (EUA). Os desafios das competições artísticas e lazer no espaço da rua foram se configurando como possibilidades de resistência e de fortalecimento comunitário, atuando como catalisadores de denúncias sociais e de afirmação da identidade racial negra (Spency Pimentel, 1997).

A partir de 1980, o movimento hip hop despontou com força na cidade de São Paulo, Brasil, deslocando-se do centro da capital paulistana com os dançarinos de rua, para as periferias, com suas diversas práticas¹. No rap brasileiro, predominou desde então a narrativa contestatória dos jovens da periferia que, em suas

¹ São incluídas como expressões artísticas desta cultura de rua quatro elementos artísticos: o *break* (dança de rua), o MC (mestre de cerimônias), o grafite (pintura em muros) e o DJ (Disc-jóquei, batida eletrônica). Juntos, DJ e MC formam os elementos necessários para o rap – *rhythm and poetry* (ritmo e poesia). Após cooptação e difusão da cultura pela indústria fonográfica, foi proposto o acréscimo do conhecimento como o quinto elemento que agrega os demais, como forma de salvaguardar o propósito do movimento enquanto compromisso político e produção de saber.

rimas escancaravam o racismo, as desigualdades sociais, a violência policial, a precariedade, entre outras mazelas vivenciadas por aqueles que as enfrentavam cotidianamente (Pimentel, 1997).

Como forma de denúncia e testemunho, o rap priorizava um diálogo entre semelhantes diante da constatação de um território à parte, segregado do entorno privilegiado. Teresa Caldeira (2014b) aponta que a partir dos anos 2000, as relações centro-periferia se reconfiguraram, tornando a geografia sociocultural brasileira mais complexa. As intervenções artísticas periféricas expandem seus limites territoriais e se pulverizam por toda a cidade, de modo que jovens da periferia passam a reivindicar os usos da cidade, afirmar suas existências, e, desestabilizando o sistema de produção cultural dominado pelas elites, fazem também circular linguagens e símbolos específicos da periferia que expõem injustiças e desigualdades.

É nesta cena cultural que se inserem as batalhas de rap. Trata-se de encontros juvenis no espaço público urbano que consistem em uma sequência de duelos de rimas improvisadas dentro da batida do rap. No Brasil, há batalhas em todo território nacional, predominantemente nas capitais e metrópoles, podendo acontecer em diferentes pontos da cidade. Geralmente, há duas categorias de batalhas: batalha de conhecimento e batalha de sangue. Na primeira, o público sugere temas a cada sequência de duelo dos rimadores; na segunda o tema é livre, predominando ataques verbais entre quem duela, numa relação jocosa que agita o público.

Se as batalhas de rap são territórios de disputas no contexto urbano, é importante compreender que elas não são homogêneas e que dentro delas, também há inúmeras disputas, ou seja: batalhas dentro das próprias batalhas. Constitui-se como parte deste mosaico a batalha das “minas” pelo seu espaço: a busca por reconhecimento e legitimidade, tanto nas batalhas predominantemente masculinas e cisheteronormativas², como nos demais espaços da cidade.

Este artigo traz um recorte da dissertação de mestrado³ que problematiza as experiências de jovens mulheres MCs que criaram e participam da Batalha das Minas, uma batalha de rap feita apenas por mulheres (cis e trans)⁴ na cidade de Florianópolis - SC, Brasil. Pretende-se discutir nesse artigo as tensões de gênero, raça e classe que compõem as disputas no território urbano a partir das experiências interseccionais das mulheres MCs na Batalha das Minas.

Ainda que haja um leque ampliado de pesquisas sobre o rap e movimento hip hop, Wivian Weller (2005) aponta que há uma lacuna significativa no que diz respeito à presença feminina no movimento. Mais de uma década depois, Caldeira (2014b) também reitera que as questões de gênero são amplamente ignoradas nas análises sobre a temática. Diante de revisão bibliográfica realizada nas bases de dados científicas brasileiras, foram encontradas sete pesquisas voltadas a este recorte temático, contrapondo-se à extensa produção sobre o movimento. Sobre a participação de mulheres em batalhas de rap não foi localizada nenhuma pesquisa até o momento.

As mulheres na “batalha”

Embora o rap seja marcadamente reconhecido por seu posicionamento de denúncia e contestação, dentro do movimento há também forte manutenção e reprodução das desigualdades de gênero (Caldeira, 2014a; Rodrigues, 2013; Souza, 2010; Weller, 2005). Os espaços do rap são protagonizados predominantemente por jovens homens que trazem performances de masculinidades que reforçam assimetrias de gênero.

² Segundo Viviane Simakawa (2016), a cisheteronormatividade é um termo que articula um padrão de normalidade que se estabelece a partir de uma matriz heterossexual e cisgênera, de modo a regulamentar as expressões de sexualidade e gênero tendo como parâmetro referencial este modelo.

³ “Batalha das Minas: o rap como território de lutas em Florianópolis”

⁴ Os termos cis e trans são abreviaturas referentes à cisgêneridade (cis) e transgêneridade (trans), categorias que versam sobre identidades de gênero. As pessoas cisgêneras são aquelas que correspondem normativamente ao gênero compulsoriamente designado ao nascer, apresentando a coerência socialmente esperada entre anatomia e identidade de gênero. A transgêneridade (trans), por sua vez, remete às identidades de gênero que não correspondem ao gênero designado no nascimento, tais como as travestis, transexuais e transgêneras.

Waldemir Rosa (2006) aponta que o afastamento e desqualificação do que é considerado “feminino” estrutura-se como parte do repertório discursivo do rap, em que a disposição para o enfrentamento se articula a categorias de dominação.

As mulheres na cena do rap vivenciam cenas constantes de objetificação de seus corpos, hostilização, zombarias, intimidações, assédios, boicotes, silenciamentos e interdições de suas presenças. Caldeira (2014b) e Rodrigues (2013) apontam que as mulheres enfrentam inúmeros desconfortos no uso do espaço público em várias circunstâncias, como por exemplo ao andar nas ruas à noite, ao caminhar sozinha, ao deslocar-se pela cidade em transportes públicos; assim, o medo de assédio e estupro se constituem como significativas barreiras na mobilidade e circulação das mulheres na cidade.

Enunciar “mulheres na cidade” inclui vários e diferentes marcadores sociais que produzem nuances bastantes distintas em suas experiências coletivas e singulares. O termo interseccionalidades (Crenshaw, 2002) versa sobre marcadores sociais diversos que produzem e inter cruzam diferentes eixos de opressão⁵ – identidade de gênero, orientação sexual, deficiências, classe, raça, entre outros. Neste trabalho, enfatizou-se recortes de raça, classe intersectados ao gênero, considerados como os principais elementos disparadores de tensionamentos e disputas nesse contexto analisado.

É importante apontar que as desigualdades interseccionais de gênero não são vivenciadas sem resistências. Cada vez mais, as mulheres têm disputado e conquistado espaço na cena cultural do rap e nos espaços da cidade, produzindo visibilidades (Natália Rodrigues, 2013). Dentro do rap, por exemplo, compor letras, fazer mixagem, *beat box*, rimar, falar no microfone, ocupar o centro da roda, duelar – são posições que contestam os lugares comumente a elas atribuídos e desestabilizam a hegemonia masculina do movimento.

Caminhos da pesquisa e participantes

Participaram da pesquisa nove mulheres MCs que consentiram formalmente com a participação na pesquisa, optando por manter seus codinomes artísticos que serão utilizados no decorrer do trabalho. O único critério para fazer parte da pesquisa era se identificar como MC e participar da Batalha das Mina.

Como panorama geral da caracterização das participantes, seguem alguns dados: 1) faixa etária de 18 a 24 anos; 2) a maioria reside em territórios marginalizados da cidade – morros, favelas e periferias; 3) a maioria trabalha em serviços informais diversos, sem vínculo empregatício formal; 4) três delas possuem filhos; 5) cinco delas se identificam como negras, três como brancas e uma não definiu sua identidade racial; 6) duas são universitárias; 7) todas se reconhecem como cisgêneras; 8) todas se identificam como MCs e contribuem para a construção da Batalha das Mina.

O corpo de análise da pesquisa foi constituído por quatro entrevistas individuais e uma roda de conversa com cinco participantes, a partir de um roteiro semiestruturado, além do registro e transcrição das rimas feitas nas batalhas, conversas informais, participações e observações diretas na cena da batalha no período aproximado de dois anos.

É importante apontar que a pesquisa foi construída a partir de intensa participação da pesquisadora Batalha das Mina: comparecendo às reuniões, indo atrás de equipamentos, ajudando em eventos de rap para arrecadar dinheiro, entre outros. Criou-se um envolvimento relacional e afetivo que borra de maneira intencional os pressupostos de neutralidade e objetividade de uma ciência clássica e descorporificada (Peter Spink, 2008).

⁵ Crenshaw (2002) faz uma analogia da noção de interseccionalidades a partir da lógica urbana: o tráfego constante dos diferentes fluxos de opressão seria como avenidas que têm o seu próprio território, que embora distintos e mutuamente excludentes, podem convergir e se cruzar uns com os outros. A autora afirma que, quando os fluxos de diferentes eixos de poder vêm simultaneamente de várias direções, incidindo sobre uma mesma pessoa ou grupos, produzem-se dimensões diferenciadas de vulnerabilidades.

Tendo o corpo como ponto de partida, a pesquisadora em campo foi também interpelada pelo seu lugar de fala –ou seja, ser universitária, branca e pertencente à classe média, marcadores sociais que denotam lugares de poder que, por sua vez, contrariam as premissas da produção cultural do rap que historicamente resiste a todas as formas de dominação e opressões cotidianas, priorizando a afirmação da negritude e a ação direta, no aqui e agora da rua (Caldeira, 2014b, Pimentel, 1997).

Considerando a própria pesquisa como acontecimento, prática social e política, de modo que os encontros vivenciados a partir dela também nos constituem subjetivamente, todas essas travessias em relação ao lugar de fala, produziram inúmeras aprendizagens, pausas, questionamentos, novas trajetórias e percursos. Assim, a condução do pesquisar se dá para além do *script* à medida que as relações interpessoais liquefazem quaisquer tentativas de distanciamento e de não implicação (Spink, 2008).

Para realizarmos a análise, construímos nesse artigo uma interlocução entre diferentes produções de saber, trazendo como ponto de partida da análise uma concepção de sujeitos produzidos discursivamente, corpos marcados pela história, atravessados pela linguagem e em processo de construção frente às relações de poder. Além disso, torna-se fundamental neste trabalho o diálogo com os pressupostos trazidos pelas teorias feministas interseccionais que discutem questões de etnicidade, raça, sexualidade e classe intersectadas ao gênero, sem universalizar o termo “mulheres”, mediante as distintas relações de dominação e privilégios a que estão submetidas (Kimberle Crenshaw, 2002; Sueli Carneiro, 2001).

“Ilha da Magia”: a cidade cartão postal

O estado de Santa Catarina (Brasil), onde se localiza a cidade de Florianópolis, apresenta especificidades resultantes de contextos históricos. As representações sobre o estado são calcadas em uma criação imagética de uma “Europa Brasileira”, carregada de significações advindas do projeto de imigração europeia do século XIX em grande escala na região, muitas vezes correlacionada a um suposto triunfo econômico do estado. Confere-se equívoca imagem de um estado homogeneamente rico, branco, gerando o apagamento das populações negras e indígenas⁶ como se elas simplesmente não existissem, bem como a dissimulação das desigualdades sociais.

Essa invisibilização é reatualizada ao longo dos tempos e interfere na formação da identidade regional, ancorada na exaltação da branquitude e na negação da negritude, de modo que o sul é sistematicamente excluído do imaginário da “cultura brasileira” (Ilka Leite, 1996). A participante da pesquisa, MC Vírus (entrevista realizada em 14 de janeiro de 2017), que veio de outro estado do Brasil, afirma: “eu tive o prazer de ver o quanto tem preto nessa Florianópolis! Porque todo mundo dizia que não tinha”.

Um olhar atento à distribuição racial dos lugares sociais permite compreender que a população negra florianopolitana compõe uma cidade invisível, não porque não é vista, mas porque não se quer vê-la. Os holofotes são postos sobre uma Florianópolis embranquecida e elitizada, conhecida também por uma espécie de slogan turístico de “Ilha da Magia”.

Uma matéria do jornal “O Globo” nomeou a cidade de “*Beverly Hills* catarinense”, tendo em vista a maior proporção de ricos entre todas as capitais brasileiras, apontando na matéria, pesquisa feita pela Fundação Getúlio Vargas. Apontando a reivindicação de moradores acerca da falta de marinas na cidade, este fato torna-se título da reportagem: “Os sem-lancha da cidade classe A”, enunciando não apenas o turismo voltado para uma classe econômica de alta renda, mas a permanência desta classe na condição de habitantes (Henrique Batista, 2012).

⁶ O percentual da população indígena em Santa Catarina é de 0,3% e o percentual da população negra é considerado o menor do Brasil, totalizando 15,5%, segundo última pesquisa estatística (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010). Há que se considerar o fato de que os censos demográficos sobre identidade racial no Brasil se constroem pela autodeclaração, ou seja, como o sujeito se identifica. Logo, diante do contexto de valorização da branquitude e da ideologia do branqueamento (Schucman, 2012) no país, com contornos específicos no estado de Santa Catarina, estes fatores constituem-se como práticas discursivas que produzem como efeitos o apagamento, supressão ou negação da identidade racial não branca.

Em contrapartida, considerando a extensa divulgação da cidade por grupos empresariais da cidade em termos de cidade-modelo, um estudo denominado “Há favelas e pobreza na Ilha da Magia?” identifica 171 áreas de informalidade e pobreza na região. O estudo indica que 14% da população habita em favelas, muitas delas em condições bastante precárias e de extrema pobreza (Inês Sugai, 2009). Outro estudo aponta que dos 24 mil habitantes que residem nas favelas da região, 40% são negros (Ceres, 2012). Tais estatísticas sobre as desigualdades sociais e raciais sobre a cidade contrastam-se com os enunciados hegemônicos produzidos sobre ela, revelando a busca por manter intacto o cartão postal das boas aparências, da “qualidade de vida” como status que agrega valor de mercado.

Além dos efeitos de todo um contexto histórico, a distribuição desigual da cidade se rearranja na contemporaneidade através da crescente especulação imobiliária, da privatização dos espaços públicos, enviesadas pelo fenômeno da “gentrificação” –em que há expulsão ou afastamento das camadas mais pobres em prol do enobrecimento dos espaços da cidade, conforme apontam Paola Jacques e Fabiana Britto (2009). Segundo as autoras, os espaços urbanos vêm seguindo um plano de urbanização de escala mundial que se encaixa convenientemente ao modelo neoliberal e acabam por atribuir sentidos mercadológicos, turísticos e consumistas ao modo de operação dos contextos urbanos, orientando-se por princípios racistas, higienistas e segregacionistas.

Movimentos estético-políticos, bem como organizações coletivas que lutam por políticas públicas em Florianópolis e em todo o estado de Santa Catarina foram e permanecem sendo pilares fundamentais de afirmação e fortalecimento das identidades negras, confrontando-se com a identidade regional da branquitude valorizada em Santa Catarina. Apesar do silenciamento histórico e de um contexto racial bastante adverso, milhares de negras e negros dispersos pelo estado sempre se organizaram para resistir e reivindicar seu pertencimento e para resguardar heranças culturais, sociais e religiosas perante o imaginário consensual da cultura de matriz europeia (Leite, 1996).

A Batalha das Mina

Existem muitas batalhas de rap na cidade de Florianópolis, uma para cada dia da semana, em diferentes pontos da cidade. A maioria das batalhas é composta por um público masculino, cis e heterossexual, havendo tensionamentos quando outros corpos não hegemônicos ocupam esses espaços –mulheres cis, pessoas trans, lésbicas, gays, e reivindicam participar, disputando espaço no movimento.

As desigualdades de gênero vivenciadas nas batalhas de rap hegemonicamente masculinas e cisheteronormativas foram ponto de partida para a criação da Batalha das Mina, visando construir um espaço mais acolhedor e fortalecedor de algumas lutas em comum, como o próprio fato de ser mulher MC e querer rimar e duelar numa batalha. Buscavam um espaço em que pudessem desenvolver suas rimas sem se sentirem hostilizadas, discriminadas, alvos de zombaria ou desqualificações. Nessa outra cena que é por elas criada, a Batalha das Mina, apenas mulheres (cis e trans) podem participar do duelo de rimas e homens podem participar na roda final de improviso ou fazendo *beat box*⁷.

A decisão para o dia da semana e o local da batalha passou por algumas negociações conflituosas com outras batalhas predominantemente masculinas, haja vista haver alguns incômodos diante da acusação de que a Batalha das Mina estaria dividindo o movimento de rap da cidade. Há uma batalha que acontece há muitos anos e reúne muitos jovens, a Batalha da Alfândega, e houve o impedimento que as MCs construíssem a batalha nesse mesmo local, ainda que em outro dia da semana. Acirraram-se tensões de gênero que versam sobre o atravessamento das fronteiras de pertencimentos: a todo instante, se reitera que o espaço público e o rap não pertencem às mulheres.

Jacques Rancière (2005) problematiza que a distribuição desigual dos lugares, funções e capacidades dos corpos na sociedade produz danos intrínsecos a este litígio estruturante. Assim, o autor traz o conceito de “partilha do sensível”, o qual se refere a esta distribuição sensível dos corpos –sensível pois se inclui no

⁷ *Beat box* é caixa de batida da própria cavidade bucal, percussão vocal do hip hop.

âmbito do que é possível dizer, ver ou contar, revelando a existência de um comum partilhado e, ao mesmo tempo dividido a partir dos recortes que definem desigualmente os lugares e as partes.

As formas da partilha do sensível podem se configurar através da polícia ou da política: para Rancière (2005), o termo polícia refere-se à normatividade das estruturas, aquilo que naturalizamos como verdades. Este processo opera a partir dos regimes de visibilidade e de enunciação, naturalizando o que e quem é geralmente visível ou invisível, o que é palavra ou ruído, de forma institucionalizada ou não.

A política, por sua vez, é um ato raro e precário, um desvio que rompe e perturba a ordem da polícia, do consenso, redesenhando os espaços e os lugares comumente distribuídos. O dissenso, que efetiva a existência da política, não se trata das divergências de opiniões ou de pontos de vista, mas da instauração do conflito entre regimes de sensorialidade, gerando novas formas de circulação da palavra, da produção de afetos, tornando audível o inaudível, expondo o que era invisível, ou seja, reconfigurando os campos sensíveis (Rancière, 2005).

A partir dessa explanação, podemos compreender que as tentativas de audibilidades e visibilidades das minas nas batalhas não eram legitimadas em um espaço onde o consenso naturalizado se dá através da monovocalidade masculina, que, embora se autodeclarasse igualitário, subestimava ou negava discriminações, produzindo formas de apartar determinados corpos deste “comum partilhado” que é o rap e o espaço da batalha. Assim, ao redesenhar o campo dos pertencimentos, as MCs encontram possibilidades de criar fissuras perante o funcionamento consensualmente instituído neste espaço, buscando romper a ordem natural da distribuição sensível dos corpos, embaralhando a normatividade instituída nestes espaços.



Imagem 1. MC Ka, no freestyle da campeã. Fonte: Página da Batalha das Mina no Facebook, autoria da imagem de Bruno Ruy

Após insistências e resistências, a Batalha das Mina passou a acontecer todos os sábados à noite na região central da cidade, no antigo terminal de ônibus. Cada encontro é um clima diferente, mas em geral, há uma efusividade muito contagiante nas batalhas. Às vezes quando alguém propõe um tema, uma rima ou uma fala considerado impactante e relevante, a galera começa a gritar: “pesado!”, “fala memo!” “pow pow pow pow!” (como disparos de tiro), e essas reações de vibração e incentivo durante as rimas criam um cenário caloroso e vívido. No início e no final da batalha, é feita a roda de improviso, o *freestyle*, que é a rima livre, sem tema definido que é feito no início e final da batalha. Muitas MCs levam suas crianças que algumas vezes também participam rimando.

O lugar da Batalha das Mina passa a ser delimitado fisicamente, na geografia da cidade –em outro local, em outro dia e horário, criando um espaço próprio no tempo e no espaço. No entanto, este lugar é também simbólico à medida que possibilita construir formas outras de reconhecimento de si e de fortalecimento de “nós” como identidade coletiva, confrontando assim os roteiros pré-estabelecidos sobre suas existências e sobre seus corpos no espaço, já que o protagonismo da fala, a ocupação do espaço público, suas atuações como *rappers* e o reconhecimento de suas existências tenham sido inúmeras vezes negadas, barradas ou desqualificadas. Como relata MC Clandestina (entrevista realizada no dia 11 de janeiro de 2017): a batalha tem a ver com “levantar a cabeça, soltar sua voz, se reconhecer como preta, se afirmar como gorda, como trans ou até mesmo... uma mulher no rap! Olha que coisa [...]”.

Por ser um movimento de rua, como afirma MC Koisa (entrevista realizada em 23 de novembro de 2016), o trânsito de pessoas e a fluidez tornam-se características inerentes ao mesmo: “a ideia é que cada pessoa possa ir embora e voltar e a batalha continue com outras pessoas agregando, ou seja, é um movimento de rua, é marginal, quem vai cola, quem cola faz, a rua é fluxo a rua não é fixa, vai tá sempre mudando”.

De fato, a impermanência é uma constante nesta cena. A forma como a própria batalha se estrutura a partir da experiência coletiva tende a não ignorar cenas de opressão, conflitos e contradições que aparecem na própria batalha. Considerando que as relações de poder não estão deslocadas, lá fora na “sociedade”, mas também nas práticas (re)produzidas neste espaço, muitas práticas são revistas e reposicionadas: quem apresenta a batalha, as formas de votar, quem convidar para uma roda de conversa, como divulgar a batalha, o público que frequenta são situações em trânsito que se transformam continuamente e que fazem com que esse espaço se reinvente de maneira muito rápida.

Também nesse sentido, questões interseccionais de gênero predominantemente relacionadas ao aspecto racial são bastante tensionadas na cena da batalha, inclusive como forma de atribuir legitimidade ao movimento e de construir uma narrativa identitária que coincida com as raízes históricas do rap (Pimentel, 1997). Ao questionar as MCs a respeito do público das batalhas, muitas alegaram que, no início, a maioria das pessoas que compareciam eram brancas e universitárias, apontando este aspecto como um fator conflitante em relação ao que se espera do rap e à proposta da batalha, quer seja, o testemunho e denúncia de uma realidade de exclusão vivida no corpo de quem fala. Como afirma MC Vírus (entrevista realizada em 14 de janeiro de 2017), “o rap é uma forma de cultura pra gente que é preto poder fugir da violência, do genocídio que a gente vive na favela [...] Porque não é só o falar, entendeu?”.

Tendo em vista que os brancos são aqueles que ao longo da história angariam sistematicamente privilégios simbólicos e materiais (Lia Schucman, 2012), pessoas brancas fazendo rap ou sendo o público majoritário enfraqueceriam os propósitos esperados, ao supor que elas não devem falar sobre aquilo que não experenciam. Esse perfil da batalha, segundo as MCs, vem propositadamente se modificando com o passar do tempo.

As MCs entrevistadas apontam que tanto elas quanto a maioria do público que frequenta a batalha são grupos marcados por múltiplas opressões que não operam da mesma forma. Quer dizer, embora seja uma batalha “das mina” e este denominador comum apareça em vários sentidos como na luta contra o machismo e também contra a discriminação nos espaços do rap, o reducionismo universalista “somos mulheres, somos todas iguais” não é bem-vindo nesse contexto. Atravessando as existências das pessoas que compõem o movimento, aspectos como raça, orientação sexual, classe social e identidade de gênero são percebidos como marcadores sociais que acionam sistemas de opressão que se articulam, produzindo uma pluralidade de experiências singulares e coletivas que ora se aproximam, ora se distanciam.

Mosaico interseccional: a urbe cindida

Ao questionar acerca da expressiva ausência das jovens mulheres na produção cultural do movimento hip hop paulistano, Caldeira (2014b) aponta a tripla jornada - trabalho, estudo, maternidade e trabalho doméstico – como fator que incide na restrição do tempo de lazer e de criação artística. Passar horas no trânsito e lidar com dificuldades de mobilidade urbana são interdições importantes para quem dispõe de

tantas atribuições. Além disso, tais aspectos somam-se também ao desconforto tanto no caminhar pela cidade como na disponibilidade de ter que confrontar por espaço nos movimentos culturais.

Corroborando com o que traz a autora acima citada, na Batalha das Mina é visível que responsabilidades múltiplas, assim como escassas condições financeiras são impeditivas no deslocamento e na participação no espaço da batalha. Considerando-se os fatores históricos apontados anteriormente sobre o contexto brasileiro e do sul do país, é interessante observar que a articulação indissociável entre raça e classe (Antônio Guimarães, 1999) aparece nos enunciados das MCs entrevistadas, que apontam a relação entre os privilégios das jovens mulheres brancas que possibilitam condições de mobilidade e dispor de momentos de lazer, em contrapartida à sobrecarga de atribuições e vulnerabilidade econômica das jovens mulheres negras.

MC Versa (entrevista realizada em 23 de novembro de 2016) afirma que dispõe de tempo e dinheiro para comparecer nos sábados à batalha, relacionando sua disponibilidade como privilégios de que dispõe, vinculando identidade racial branca e classe social. A MC aponta que muitas das jovens negras que comparecem na batalha encontram-se sobrecarregadas de atribuições, tais como trabalho e maternidade. Elas têm que colaborar com o sustento de suas famílias ou garantir sozinhas a subsistência de suas crianças, trabalhar no final de semana e muitas vezes não conseguem estar presentes por conta de tantas demandas. A saída acaba sendo, muitas vezes, levar as crianças junto, trabalhar no mesmo espaço em que vão para se divertir, se fortalecer, fazer rimas e encontrar pessoas. Muitas delas comparecem na Batalha das Mina para rimar, mas ao mesmo tempo têm de se preocupar em trabalhar –vendendo pastéis, doces, cachaças artesanais, cervejas, entre outros e muitas vezes também cuidar das crianças.

MC Berra (entrevista realizada em 10 de abril de 2017) afirma que enfrenta dificuldades de deslocamento, em uma cidade em que a mobilidade urbana é cara e bastante escassa, sobretudo em determinados pontos da cidade e mais ainda, aos finais de semana⁸. Para a MC, “o terminal [de ônibus no centro] é um lugar em que as pessoas têm facilidade de chegar, mas algumas pessoas, porque o lance da mobilidade também é isso, não é pra todo mundo, né?”.

Estas questões trazidas pelas MCs interrogam para quem a cidade é planejada, quais espaços são concebidos como de lazer e desfrute e para quais públicos e ainda, quem mantém esta engrenagem funcionando a partir da sua mão-de-obra. A lógica da dominação e da subordinação se estrutura na geografia das cidades, nas garantias de direitos básicos, nos modos possíveis de nela se deslocar, de ocupar e usufruir, considerando que as estruturas socioespaciais produzem e reproduzem relações de poder (Caldeira, 2014a).

Perante o questionamento daquilo que é considerado como uma contradição pelas MCs –sobre por que o grupo racial ao qual se vincula à emergência do rap não constava como maioria neste contexto–, revelam-se interdições reais e simbólicas que se constituem como efeito do racismo estrutural brasileiro (Guimarães, 1999) e se expressa nos diferentes modos de ocupar a cidade. Diante disso, a problemática que impera é não apenas os motivos pelos quais as pessoas negras possam não ser a maioria presente em muitos dos espaços considerados como produções culturais negras, tais como as batalhas de rap, capoeira, samba, terreiros. Trata-se de estranhar que, da mesma forma, encontram-se majoritariamente ausentes das universidades, das boates, cinemas e teatros, dos cargos de poder, dos bairros nobres, mas predominam nos trabalhos subalternos, nos empregos mal remunerados, nos presídios e manicômios, nos morros e favelas brasileiras (Guimarães, 1999; Schucman, 2012).

Quem pode escolher transitar pela cidade simplesmente guiando-se pelo desejo de estar ou não em determinados lugares? Quem pode ocupar os espaços sem preocupar-se em ser barrado, perseguido ou

⁸ Em Florianópolis, a mobilidade urbana é bastante precária. Nos morros e favelas há discrepante diferença em relação à quantidade de transportes coletivos para o centro da cidade nos horários comerciais de trabalho comparando-se com os horários nos finais de semana que são muito mais espaçados, encerrando-se em torno das onze da noite.

enquadrado pelas instituições de segurança? Quem dispõe de acesso e meios materiais para transitar? Quem consegue deslocar-se do seu espaço de moradia para lazer e encontro num sábado à noite sem se ocupar de garantir sua subsistência?

Considerando-se as especificidades interseccionais de gênero, classe e raça é perceptível que estes marcadores sociais situam os lugares de pertencimento no espaço da cidade e nos movimentos estéticos urbanos, haja vista que os diversos sistemas de dominação produzirem diferentes formas de opressão que se articulam entre si (Crenshaw, 2002). Nesse sentido, quando MCs jovens mulheres brancas são constantemente interpeladas na cena da batalha, constata-se privilégios sistemáticos decorrentes de seu lugar racial que se expressam em ações aparentemente banais ou facilmente acessíveis, ainda que sintam receios e vivenciem dificuldades em suas circulações pelo espaço citadino.

Como afirma Schucman (2012), a partir dos inúmeros indicadores sociais brasileiros, há uma hierarquia social decrescente que situa homens brancos no topo, posteriormente mulheres brancas antes dos homens negros e então, as mulheres negras, que estão expostas a inúmeras situações de violências, diante da dupla opressão do machismo e do racismo. A unidade da luta das mulheres não se reduz à necessidade de superação das desigualdades geradas pela hegemonia masculina, abarcando também a superação das ideologias desse sistema que estabelece a inferioridade social das mulheres negras e que lutam, além de demandas específicas, por privilégios já instituídos às mulheres brancas (Carneiro, 2001).

Tomar a cidade de assalto

Caldeira (2014a) problematiza que, à medida que se agiganta o desejo do público periférico de circular pela cidade e se amplia o acesso ao consumo, também enrijecem os enclaves fortificados dos condomínios, a repressão policial e a criminalização, bem como o incômodo de segmentos das classes sociais médias e altas. Constantemente e de diversas formas, as batalhas de rap da cidade de Florianópolis são estigmatizadas, coagidas ou criminalizadas pelas instituições de segurança pública e privada da cidade de Florianópolis.

André Lepecki (2012), partindo dos conceitos de polícia e política de Rancière, discute sobre a dança no espaço urbano e como ela rompe com o que é habitual e consensual nesse contexto. O autor cria uma compreensão imagética destes jogos corporais através da noção de coreografia como *coreopolícia* e *coreopolítica*, ou seja: as possibilidades de, na cena urbana, romper com o instituído, tornar visto o invisível, tornar audível o que não se quer ouvir, criando desvios e rupturas no ordenamento dos corpos no espaço.

Fazendo alusão à cena das batalhas, é possível compreender que a tentativa de fazer calar os sujeitos, mudar seus corpos de lugar, minar o encontro coletivo, esconder, prender –se configuram como uma coreografia policialesca constante por parte das instituições da cidade. Considerando a presença das minas nas batalhas hegemonicamente masculinas e cisheteronormativas, esse policiamento de seus corpos acontece também de outras formas, instituindo-se a naturalização de normas que versam sobre a manutenção da monovocalidade masculina.

Por sua vez, também na Batalha das Minas, outras opressões também aparecem e incidem sobretudo sobre jovens mulheres negras que, diante do intercruzamento entre gênero, classe e raça (Carneiro, 2001), enfrentam interdições reais e simbólicas de seus corpos no transitar pela cidade, na escassa possibilidade de desfrutar e lazer diante da necessidade de subsistência e nas sobrecargas a elas atribuídas. Essa sobrecarga também se expressa, conforme relato de algumas MCs negras, na incumbência de apontar situações de racismo na própria batalha e de lidar com o não pertencimento socialmente instituído pelo domínio da branquitude (Schucman, 2012). Ao mesmo tempo, relatam nas entrevistas que no espaço da batalha, encontram pares que fazem ecoar suas vozes, podendo compartilhar suas experiências, construir rimas, estabelecer laços de amizade e de afeto, como afirma MC Berra (entrevista realizada em 10 de abril de 2017) “na batalha encontrei uma irmandade muito massa entre manas que tem as mesmas lutas que eu tenho”.

As mulheres brancas são situadas em seu lugar racial e convocadas a abdicar do protagonismo e, principalmente, a ouvir. Como afirma MC Vírus (entrevista realizada em 14 de janeiro de 2017), “a fala de cada preta é importante pro branco ouvir e se pôr no lugar dele, entendeu?”. Amplia-se na batalha um reposicionamento dos corpos em seus lugares socialmente instituídos, embaralhando esses lugares, deslocando das posições subjetivas e contribuindo para a construção de um movimento diversificado que abarque a luta feminista e antirracista.

Produzindo sujeitos fronteiriços no encontro com as diferenças, neste lugar entre mundos e entre identidades, a experiência coletiva aliada à dimensão estética cria um terreno fértil em que atos no campo do sensível (Rancière, 2005) –como escutar, olhar, sentir, falar, rimar– potencializam as condições para se estabelecerem possíveis relações de alteridade, o que não significa abster-se de conflitos e relações de poder. Isso se expressa na fala de MC Berra (entrevista realizada em 10 de abril de 2017), “a roda, o olho no olho, tudo isso interfere, tá ligado, você sente isso”.

Se hegemonicamente é designado às mulheres que não ocupem espaços públicos e de poder; se as mulheres são consideradas como destituídas da capacidade de agência, como falar ou fazer rap; se sobre as mulheres negras impera a desumanização de seus corpos e discursos inferiorizantes; e se, sobre as mulheres brancas concebe-se noções de superioridade provida pela branquitude, localizando-as historicamente como sujeitos hegemônicos do feminismo, é possível pensar que as ações no contexto da Batalha das Minas interrompem a naturalização da distribuição hierárquica existentes nesses pressupostos normativos (Rancière, 2005), embaralhando os lugares pré-estabelecidos aos corpos e colocando em xeque a ordem dominante que cristaliza as desigualdades e apaga os conflitos e as diferenças, criando uma outra coreografia, uma coreografia política

As mulheres MCs atravessam as fronteiras da cidade, subvertendo o eixo trabalho-casa-trabalho para ocupar as ruas e fazer arte, trazer seus pensamentos, suas vozes, suas histórias. Subvertem as inteligibilidades construídas sobre seus corpos a partir de seus pertencimentos geográficos, vinculados a um território de ausências –no morro, na periferia, na favela falta educação, falta saúde, falta informação, e tantas outras faltas, supondo-se que os sujeitos abastados, os que têm cultura, informação, inteligência, civilização, são justamente os que estão fora destes territórios; os “providos” estariam fora desses espaços.

Na dialética exclusão/inclusão, os morros, favelas, periferias e seus moradores são incluídos de maneira perversa no lugar da ausência, da irracionalidade, da violência, do perigo, numa deslegitimação constante de suas existências. Criando outras narrativas estéticas, a experiência coletiva da rua, na Batalha das Minas, propicia desvios e rupturas nos roteiros socialmente traçados como destino irrevogável e escancaram a potência criativa de seus corpos na cena do espaço público.

Considerações Finais

A cidade é um território cindido, marcado pelas relações de poder que distribuem os corpos em uma lógica segregacionista que provoca interdições reais e simbólicas nos deslocamentos e nas possibilidades de acessos aos seus espaços. Como diz Caldeira (2014a), circular na cidade com intuito de fruição, lazer e convivência desde os tempos de Baudelaire, sempre foi uma possibilidade mais possível e viável para grupos privilegiados.

Mulheres, jovens pobres, negros, pessoas trans –sendo que muitos corpos assumem vários destes marcadores sociais– sozinhos ou em grupo, defrontam-se com o controle desta circulação por meio de várias instâncias reguladoras, tornando-se alvos de violências: criminalização, abusos, estupros, assédios, repressão e abuso de poder. Uma maquinaria vigilante se ergue para reafirmar o pertencimento da cidade aos grupos dominantes, de modo que a dominância social se estende à geografia, marcando territórios de pertença. A subversão desses lugares gera medo, apreensão, provoca incômodo, repulsa, violências e mortes sob a justificativa de controle da desordem e de combate à criminalidade.

As batalhas de rap são espaços heterogêneos que disputam a cidade, criando narrativas próprias sobre a experiência urbana, marcada por trajetórias singulares e coletivas. Diante das desigualdades de gênero que se mantêm em espaços do rap que lutam pelas injustiças sociais nos termos das masculinidades, a construção da Batalha das Minas agencia eixos em comum de corpos atravessados por opressões similares, mas também faz emergir as iniquidades das assimetrias de gênero diante de marcadores de classe e raça.

A experiência coletiva da Batalha das Minas se constitui como um movimento estético e político que provoca fissuras nos modos instituídos de existência, de produção de conhecimentos, dos usos da cidade, de participação política, de ação coletiva e redes de sociabilidade. Instaurando conflitos na coreografia usual do urbano e da forma como os corpos são distribuídos consensualmente nos lugares, a ocupação do espaço público se torna uma forma de possibilitar o encontro com as diferenças, de fortalecimento de lutas e de vínculos, redesenhando o campo dos pertencimentos.

Referências

- Batista, Henrique Gomes (2012). *Os sem-lancha da cidade classe A*. <http://oglobo.globo.com/economia/os-sem-lancha-da-cidade-classe-a-6398816>.
- Ceres Inteligência Financeira (2012). *Estudo dos indicadores socioeconômicos da população negra da grande Florianópolis*. Março/2012. Belo Horizonte, Minas Gerais. http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/09_04_2012_17.15.23.8da1b09262509a280c6a6c8d0d680f03.pdf
- Britto, Fabiana Dutra, y Jacques, Paola Berenstein (2009). Corpocidade: arte enquanto micro-resistência urbana. *Fractal Revista de Psicologia*, 21(2), 337-349.
- Caldeira, Teresa Pires do Rio (2014a). Qual a novidade dos rolezinhos? Espaço público, desigualdade e mudança em São Paulo. *Novos Estudos*, (98), 13-20.
- Caldeira, Teresa Pires do Rio (2014b). Gênero continua a ser o campo de batalhas: juventude, produção cultural e a reinvenção do espaço público em São Paulo. *Revista USP*, (102), 83-100.
- Carneiro, Sueli (2001). *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher Negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero*. http://www.bibliotecafeminista.org.br/index.php?option=com_remository&Itemid=56&func=fileinfo&id=208
- Crenshaw, Kimberle (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, 10(1), 171-188.
- Guimarães, Antônio Sérgio Alfredo (1999). *Racismo e antiracismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010). Tabela 2094 - *População residente por cor ou raça e religião*. <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2094>
- Leite, Ilka Boaventura (1996). *Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.
- Lepecki, André (2012). Coreopolítica e coreopolícia. *Periódicos UFSC*, 13(1), 41-60.
- Pimentel, Spensy (1997). *O livro vermelho do hip-hop*. São Paulo-SP. www.realhiphop.com.br/olivrovermelho/spensy_pimentel.htm
- Rancière, Jacques (2005). *A partilha do sensível*. São Paulo: Editora 34.
- Rosa, Waldemir (2006). Homem preto do gueto: um estudo sobre masculinidades no rap brasileiro. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília – UnB.
- Rodrigues, Maria Natália Matias (2013). Jovens mulheres rappers: reflexões sobre gênero e geração no movimento hip hop. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.
- Schucman, Lia Vainer (2012). *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”*: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – USP.

Simakawa, Viviane V. (2015). *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação. Programa de Pós Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.

Souza, Ângela Maria (2010, agosto). Repensando as relações de gênero através das práticas musicais de Jovens: O Movimento Hip hop. *Anais do Encontro Fazendo Gênero 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos* (pp. 1-9). Florianópolis.

Spink, Peter S. (2008). Pesquisador conversador no cotidiano. *Psicologia e Sociedade*, 20, 70-77.

Sugai, Maria Inês (2009). Há favelas e pobreza na Ilha da Magia? In Abramo, Pedro, *Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras*. Porto Alegre. http://issuu.com/habitare/docs/colecao_10

Weller, Wivian (2005). A presença feminina nas (sub)culturas juvenis: a arte de se tornar visível. *Revista Estudos Feministas*, 13(1), 107-126.



Los textos publicados en esta revista están sujetos –si no se indica lo contrario– a una licencia de [Atribución CC 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Usted debe reconocer el crédito de la obra de manera adecuada, proporcionar un enlace a la licencia, e indicar si se han realizado cambios. Puede compartir y adaptar la obra para cualquier propósito, incluso comercialmente. Puede hacerlo en cualquier forma razonable, pero no de forma tal que sugiera que tiene el apoyo del licenciante o lo recibe por el uso que hace. No hay restricciones adicionales. Usted no puede aplicar términos legales ni medidas tecnológicas que restrinjan legalmente a otros a hacer cualquier uso permitido por la licencia.